

NOTA DO DCE PARA PEDIDO DE VISTAS AO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INGRESSO NA UFSM

Defender o SISU é defender a UFSM.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade histórica de representação estudantil em nossa universidade foi, juntamente com os coletivos estudantis, movimento negro e cursinhos pré-vestibulares populares de Santa Maria, protagonista no debate, na articulação política e na aprovação da proposta que dava fim ao vestibular para dar espaço ao processo de acesso democrático e que fosse capaz de abrir as portas da UFSM a qualquer estudante de todos os cantos do Brasil, o SISU. Esse foi um dos passos mais importantes que nossa Universidade já deu.

A atual proposta de mudança baseada principalmente na forma de ingresso com o retorno de modelos próprios, até então superados, como o vestibular e o processo seletivo seriado, sempre foram marcados pela restrição da possibilidade de acesso, o que foi superado por meio do Sistema Único de Seleção Unificada - SISU, que em seu objetivo adota as notas do Enem como critério de seleção e torna a sua aplicação de forma ampla no território brasileiro. Após quase 10 anos da decisão que aprovou o SISU 100%, além de a economia da cidade não ter se desmantelado (ao contrário do que se alimentavam os boatos para defender o vestibular à época), o índice de regionalização mesmo assim, conheceu uma melhora: 90% das vagas do SISU são preenchidas por estudantes do Rio Grande do Sul, e 54% são de Santa Maria e região, dados esses disponibilizados pela própria pró-reitoria de Graduação da UFSM.

A proposta de mudança na forma de ingresso por meio do vestibular, visa beneficiar um perfil quase que exclusivo de estudante, tornando novamente a UFSM refém do setor empresarial da cidade, tanto pelo marketing promovido nos eventos ao longo dos dias de prova, quanto, e principalmente, pelo conteúdo que alimenta e diferencia a rede de cursinhos pré-vestibulares pagos e também as outras instituições privadas de educação da região, que não são acessíveis à imensa parcela da população brasileira. Isso será ainda mais evidente nos cursos elitizados e de maior concorrência da universidade.

Precisamos reafirmar o debate e retomar algumas constatações sobre a garantia do acesso democrático na universidade. Para isso, é necessário retratar os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da instituição, onde em 2021 cerca de 75% dos estudantes se autodeclararam brancos e, cujas rendas não são identificadas. Isto expressa a necessidade do fortalecimento e ampliação das políticas de ação afirmativa para o ingresso e permanência de estudantes negros e negras, bem como indígenas na instituição, pois estes representam uma média aquém do estipulado pelo sistema de cotas adotado e muito distante da realidade racial do nosso Brasil. Deste modo, medidas como a implementação do processo seletivo para comunidades quilombolas, por exemplo, representam um passo importante que a Universidade pode dar nesse momento, e justamente por isso ele não deve de forma alguma ter sua aprovação condicionada ao retorno vestibular e ao processo seletivo seriado.

Ao encontro disso, compreendemos que é preciso debater a evasão amplamente, assim como, e como ferramenta fundamental para combatê-la, as políticas de permanência estudantil, de forma que não podemos criar ilusões que a mudança de ingresso irá diminuir esta evasão - pois segundo alguns afirmam, esta seria pela falta vocação em nossos estudantes, mesmo sem apresentar qualquer comprovação deste argumento. Compreendemos ainda, que entre estas causas, estão a precarização das políticas de permanência, onde nos últimos seis anos, foram fortemente acatadas pelos governos Temer/Bolsonaro. Nesse sentido, as dificuldades econômicas e sociais aprofundaram os desafios de permanência e fizeram com que muitos estudantes tivessem que escolher entre estudar ou trabalhar.

Salientamos ainda que o Ensino Médio está passando por reformulação – com a implantação do chamado Novo Ensino Médio – o que significa que uma mudança no ingresso na Universidade tem que respeitar o tempo de adaptação ao novo modelo de ensino e não acontecer de forma concomitante.

A universidade, enquanto uma instituição social tem de estar diretamente relacionada à sociedade da qual faz parte. Dessa forma, nossa política de extensão universitária, que sofreu reforma com o último decreto do MEC, deve além de estruturar as cargas horárias de acordo com o exigido, pensar formas efetivas de implementação de ações dos cursos no desenvolvimento regional e no contato com a sociedade.

Esse debate surge em um momento de transição, que saímos de uma crise econômica e sanitária histórica que afetou todas as parcelas da população e castigou nossa instituição. Sobrevivemos a um ano de 2022 e entramos em 2023 com a tarefa de avaliar os prejuízos, corrigir os erros e avançar em nossas demandas, certos de que agora temos um Governo que respeita, valoriza e prioriza a educação e nossas Universidades, e que tem demonstrado isso na prática, inclusive reconectando as Instituições ao MEC e ao Governo Federal, como ocorreu em reunião com reitores, da qual o Reitor da UFSM, Luciano Schuch, participou nos últimos dias. Fato é que esse debate está acontecendo de forma precipitada, estamos em um novo cenário político, que garante maiores possibilidades de diálogos e construção e que demonstra que os ajustes necessários para melhorias em nossas universidades terão espaço para acontecer. A participação de nossa universidade frente a importantes espaços de decisão, nunca esteve nos patamares que temos hoje, seja na ANDIFES ou na coordenação nacional de Pró-reitores de graduação. É nesse ponto que devemos avançar sobre as pautas de melhorias do ingresso por meio do SISU e nas medidas de combate à evasão.

Não se pode deixar de citar ainda que essa proposta não teve amplo debate como está sendo afirmado – apenas uma audiência pública, antecedida de um Seminário entre os meses de abril e maio que num geral, serviu apenas para apresentação de dados, e não da discussão acerca da proposta que se visava trazer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão –, e também destacamos que o tempo decorrido entre o período de apresentação da proposta em audiência (novembro) e a vinda da minuta para o CEPE, no final de janeiro, foi pequeno tendo em vista uma Universidade tão grande como a nossa onde o debate deveria ter

se disseminado e uma vez que tivemos o recesso de final de ano e estamos no final do semestre, sem a possibilidade de ampla mobilização para a discussão. Aliado a isso, não foi demonstrado, por parte da Gestão da Universidade, ser esse amplo debate um objetivo nesse período citado. Prova disso é que muitas e muitos conselheiras e conselheiros desconhecem a proposta de forma profunda devido a essa falta de debate.

Perante o exposto, defendemos a manutenção e ampliação das políticas de ação afirmativa para o ingresso da população negra e indígena na instituição, por meio das cotas raciais, do processo seletivo indígena e da criação de um processo específico para o ingresso das comunidades quilombolas, assim como para pessoas trans e demais grupos historicamente excluídos do ensino superior público, gratuito e de qualidade. E por serem tão importantes é que se faz necessário de um amplo e profundo debate com os núcleos e setores diretamente envolvidos, sendo sua proposta de implementação fruto do debate coletivo, e não do contrário.

Em virtude de garantir a participação ampla da categoria estudantil, da comunidade acadêmica, do movimento negro, dos cursinhos pré-vestibulares (praxis e alternativa), do Núcleo de estudos afro-brasileiro e indígena - NEABI, dos sindicatos da educação, e de todas e todos estudantes que querem um dia estudar aqui o Diretório Central das e dos Estudantes da UFSM **pede vistas ao processo.**

***Diretório Central das e dos Estudantes (DCE-UFSM).
26 de janeiro de 2023.***